

ESTUDO DE CASO

SOBRE AS VIOLAÇÕES
DA LIBERDADE DE IMPRENSA
E A SEGURANÇA DAS RÁDIOS
COMUNITÁRIAS NAS ZONAS
EM CONFLITO ARMADO

2014-2016

FICHA TÉCNICA

MISA-Moçambique

Título: Estudo de caso sobre as violações da liberdade de imprensa e a segurança das rádios comunitárias nas zonas em conflito armado (2014 – 2016)

Presidente do MISA: Fernando Gonçalves Adré

Equipe de Pesquisa: Borges Nhamirre, Lázaro Mabunda, António Zefanias e John Chekwa

Revisão Linguística: Francisco Vicente

Produção Gráfica: António Xerinda

Impressão: Oskar Magnu

Número de Exemplares: 100

Número de Registo: 8973/RLINLD/2017

© MISA– Maputo, Maio de 2017.

Como citar o documento:

“MISA (2017). Estudo de caso sobre as violações liberdade de imprensa e a segurança das rádios comunitárias nas zonas em conflito armado (2014 – 2016). Maputo: MISA-Moçambique”

Contactos:

Av. Romão Fernandes Farinha, 75 / 2º Andar

Telefone: +258 21302833

Telemóvel: +258 873204680

E-mail: info@misa.org.mz

www.misa.org.mz



ORDEM PARA O SILÊNCIO

Nas vésperas das eleições gerais de 2014, o Fórum Nacional das Rádios Comunitárias (FORCOM) recebeu um financiamento da União Europeia para implementar, em 17 rádios comunitárias, um projecto virado para a consciencialização dos cidadãos sobre a importância das eleições, cujo objectivo era reduzir os elevados níveis de abstenção nos distritos onde se encontram instaladas as rádios. O projecto consistiu em capacitar as rádios em matéria de cobertura eleitoral e prestar-lhes apoio em equipamento e em subsídios financeiros. No final do programa, foi feito um estudo de avaliação do projecto, que chegou à conclusão de que nas vésperas, durante e depois das eleições, as rádios tinham desempenhado um papel primordial, o que resultou, de facto, na redução substancial dos níveis de abstenção¹.

O estudo mostrava que as rádios comunitárias nos distritos eram os principais meios de comunicação social, liderando largamente a audiência em detrimento da Rádio Moçambique e das televisões mais vistas nas zonas onde as rádios operam, como a Televisão de Moçambique (TVM) e a Soico Televisão (STV).

A cobertura eleitoral – pelo facto de os jornalistas das rádios terem pautado pela isenção e equilíbrio – despertou o partido no poder sobre o papel e impacto que as rádios comunitárias provocavam nos distritos, mais do que a Rádio Moçambique e as televisões. Desde as eleições de 2014, há um esforço do Governo de asfixiar as rádios comunitárias filiadas ao FORCOM, já em situação precária, para a posterior, o mesmo Governo proporcionar-lhes apoio material e financeiro, através de organismos por si controlados. Em troca, garante-se salários para os jornalistas que trabalham em regime de voluntariado².

Foi neste contexto em que nalgumas rádios o partido no poder conseguiu colocar os seus membros como coordenadores, tal é o caso da rádio Maquecece, em Manica, que era reconhecida pela sua verticalidade e imparcialidade.

O conflito armado que conheceu trégua desde Dezembro de 2015, veio abrir espaço para que o poder político vigente limitasse ainda mais a acção das rádios comunitárias em nome da estabilidade política.

O MISA-Moçambique realizou o presente estudo com o objectivo de analisar as violações das liberdades de imprensa e a segurança dos jornalistas das rádios comunitárias durante o período de conflito armado 2014 – 2016, assim como retratar as condições em que operam, sobretudo para aquelas rádios comunitárias que operam nas regiões em conflito armado. Os resultados do estudo mostram que, durante este período de conflito, as rádios comunitárias receberam ordens governamentais para se manterem em silêncio em relação ao conflito armado e boicotarem as actividades da oposição. Por outro lado, deveriam intensificar as campanhas do apelo do Governo e do partido Frelimo à paz e às populações para se manterem à margem do conflito. As rádios operaram num clima de medo e de ameaças feitas pela elite política local.

Para o estudo, foram seleccionadas 10 rádios comunitárias de um total de 33³ de três das províncias afectadas pelo conflito armado, nomeadamente Manica: Rádios Comunitárias de Catandica, Guro, Mossurize e Sussundenga; Tete: Rádios Comunitárias de Changara, Dom Bosco (Moatize), Mutarara e Angónia; e Zambézia: Rádio Comunitária de Morrumbala e Quelimane FM.

1 FORCOM (2016). Avaliação externa do projecto "aumentando a consciência política e ampliando as vozes dos cidadãos nos processos eleitorais e democráticos". Maputo. FORCOM/UE.

2 Em 2014 existiam 84 Rádios Comunitárias a operarem em Moçambique, sendo 46 filiadas ao FORCOM e 38 sob gestão do ICS. Os dois grupos de rádios têm particularidades que as distinguem. As rádios filiadas ao ICS são mais críticas à governação e mais independentes editorialmente; porém, enfrentam uma grave crise de sustentabilidade devido à falta de fundos para a renovação e manutenção dos equipamentos bem como para suportar os custos operacionais e com o pessoal. Por sua vez, as rádios sob gestão do ICS são editorialmente dependentes das directivas do ICS mas dispõem de recursos relativamente melhores que lhes permitem operar de forma sustentável. Os recursos são canalizados a partir do Orçamento do Estado, via ICS e Governos locais (Ibis, 2014).

3 Dados do Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária (CAICC).

CONTEXTO

Nos últimos anos, após o recrudescimento do conflito político-militar, os níveis de Liberdade de Imprensa em Moçambique têm vindo a regredir de ano para ano. As crises político-militares, económicas e sociais foram factores responsáveis, em grande medida, pela degradação do ambiente em que a imprensa opera. A nível político, Moçambique debate-se com um conflito político-militar que eclodiu em 2012, tendo observado um curto período de trégua para a realização de eleições gerais em 2014. Após a vitória da Frelimo, a Renamo viria a reclamar ter havido fraude eleitoral massiva e reivindicou a governação de seis províncias onde obtivera vitórias. Em finais de 2015, o que era uma simples ameaça transformou-se em factos. Afonso Dhlakama, líder da Renamo, retornou à sua base em Gorongosa após o cerco e assalto à sua residência, na Beira, pelas forças armadas de Moçambique. De lá até Dezembro de 2016, a região centro e parte das regiões norte e sul, nomeadamente Inhambane, Manica, Tete, Sofala, Zambézia e Nampula, transformaram-se em palcos de confrontos armados violentos⁴.

A nível económico, Moçambique enfrenta uma das piores crises económicas do período pós democracia. A crise intensificou-se depois de os doadores terem interrompido o financiamento ao país devido à descoberta de dívidas ocultas, em 2015, contraídas entre 2012 e 2013. Hoje, a dívida pública de Moçambique está acima dos 130% do BIP, a moeda nacional depreciou-se em 36%, em 2015, em 70% em 2016. Em 2016, a inflação esteve perto de 30%⁵.

Nesse período, entre 2014 e 2016⁶, as Reservas Internacionais Líquidas de Moçambique sofreram uma corrosão em mais de 50%. O país, não dispondo de capital, entrou em incumprimentos com terceiros, sobretudo com os credores nacionais e internacionais.

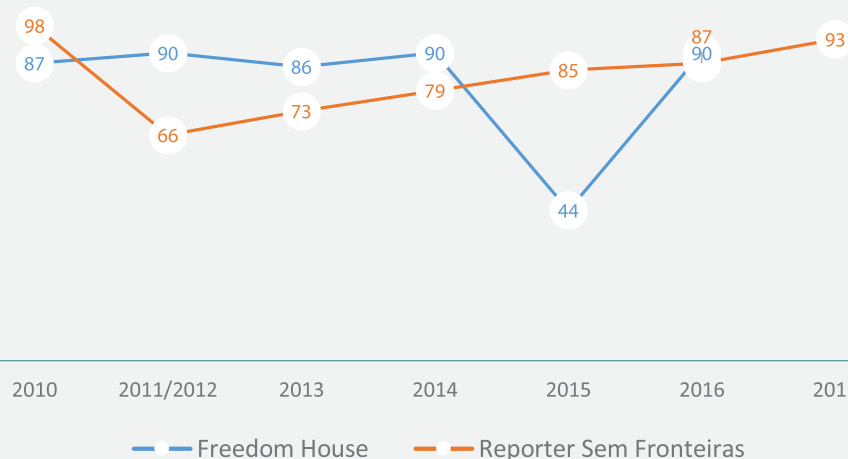
Socialmente, o país enfrentou, em 2016, a pior seca dos últimos 30 anos, o que resultou na morte de milhares de cabeças de gado bovino, agravamento dos índices de fome, afectando pouco mais de um milhão de moçambicanos e levando o Governo a decretar, em Abril de 2016, o estado de emergência de desastre natural.

Além de bens de consumo, registou-se a falta de água em consequência da redução dos caudais dos rios. Outros rios, como Limpopo, viram os seus caudais a secar, impossibilitando milhares de camponeses e agricultores de produzirem alimentos para o consumo.

O cenário acima traçado teve reflexo directo e indirecto no comportamento das elites políticas e económicas, principais condicionadores do comportamento da imprensa e agentes da ameaça à liberdade de imprensa, no geral, e das rádios comunitárias que se localizaram nas regiões afectadas pelas crises acima descritas, sobretudo a crise político-militar.

O gráfico seguinte demonstra a evolução de Moçambique nos índices da liberdade de imprensa, de acordo com as organizações Freedom House e Repórteres Sem Fronteiras:

Evolução de Moçambique nos índices de liberdade de imprensa 2010-2017



4 A partir de Dezembro, os confrontos cessaram, ao abrigo de um acordo entre a Renamo e as forças governamentais, para dar lugar às negociações de paz.

5 Ver LAMARCHE, Michele et al (October, 2016). Presentation to Creditor (Confidential). Republic of Mozambique. Maputo: Lazard Frères/White & Case LLP. Disponível em https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Presentation_by_the_Ministry_of_Economy_and_Finance_-_25_October_2016.pdf. (acessado em 20.04.2017); Fundo Monetário Internacional (Dezembro 2016). Comunicado de Imprensa Nº YY/XX. Washington DC. Fundo Monetário Internacional.

6 Consultar Informes quinzenais do Banco de Moçambique. Disponíveis em http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=110; Boletins mensais do Banco de Moçambique. Disponíveis em relatórios mensais e anuais do Banco de Moçambique. Disponíveis em http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=77 (todos acessados em 20.04.2017).



Conforme se pode ver no gráfico (nr.1), a situação de Moçambique quer no *ranking* da Repórteres Sem Fronteiras assim como no da Freedom House⁷ tende a baixar. Enquanto para a Freedom House, Moçambique não registou melhorias (sempre oscilou entre posição 86, em 2013, e 90, nos anos subsequentes), para a Repórteres Sem Fronteiras o país tem vindo a registar quedas no ranking, tendo evoluído da posição 66, em 2011/2012, para 93, em 2017. Os relatórios das duas organizações, conforme o gráfico, concordam que, a partir de 2013, a posição de Moçambique tem vindo a baixar no ranking das Liberdades de Imprensa.

METODOLOGIA

Devido à complexidade do fenómeno em investigação, o medo e as suspeitas instaladas, situações susceptíveis de influenciar os resultados finais, recorreu-se a uma triangulação metodológica. A triangulação metodológica permitiu que se filtrasse alguma informação não verdadeira que pudesse afectar negativamente os resultados do presente estudo.

Primeiro, fez-se uma análise documental (consulta de documentos que contêm informação contextual e dados relevantes sobre o objecto desta investigação, tais como jornais, relatórios e outros documentos relevantes sobre o contexto das liberdades de imprensa em Moçambique). Foram realizadas entrevistas com governantes, coordenadores, voluntários e as associações detentoras das rádios comunitárias.

Segundo, fez-se o mapeamento das possíveis fontes detentoras de informação importante sobre a situação a que as rádios comunitárias foram sujeitas. Deste mapeamento e estudo exploratório, foi possível identificar,

em algumas rádios, pessoas e jornalistas que descrevessem, de forma desinteressada, o cenário vivido por eles e pelas rádios durante o conflito armado. Nisto, o grupo de jornalistas destacado teve que não se identificar que estava a realizar uma investigação. Esta técnica permitiu que se tivesse o panorama geral do cenário sobre as violações da liberdade de imprensa nas rádios comunitárias localizadas nas zonas de conflito.

Terceiro, enviou-se para todos os coordenadores das rádios comunitárias um questionário mais elaborado com dados concretos sobre o que teria acontecido em determinadas rádios comunitárias. Alguns coordenadores confirmaram o cenário vivido. Outros, desmentiram a informação.

Quarto, enviou-se ao terreno jornalistas com conhecimento das rádios comunitárias para realizarem entrevistas, primeiro, em separado com os jornalistas das rádios comunitárias e, em seguida, entrevistas colectivas com os jornalistas das rádios, constituindo um painel. Disto foi possível confirmar grande parte das informações e expurgar outra que se revelava inútil. Também foi possível encontrar casos em que a informação preliminar fornecida pelas fontes continha algumas inverdades.

Foram abrangidas pelo estudo os governos distritais, as associações ou organizações da sociedade civil que operam naqueles distritos e os representantes dos partidos políticos, nomeadamente Frelimo, Renamo e MDM.

O estudo decorreu em 10 rádios comunitárias localizadas em zonas de conflito armado, seleccionadas aleatoriamente.

Por uma questão de segurança, seja profissional ou física, não são apresentados os nomes dos entrevistados.

⁷ Em 2015, contrariamente a 180 países, a Freedom House analisou 100 países e Moçambique situou-se na posição 44. A descida em 2015 não reflecte a melhoria de Moçambique no ranking mas o facto de não se ter analisado 180 países, mas apenas 100. Se se tivesse analisado 180 países, tudo indica que Moçambique estaria na posição 90, onde se encontra de 2014 até 2016 (último relatório). Informações disponíveis em:

Reporters Without Borders (2011). World Press Freedom Index 2011-2012. Paris: France, Reporter Without Border; Reporters Without Borders (2012). World Press Freedom Index 2012. Paris: France, Reporter Without Border; Reporters Without Borders (2013). World Press Freedom Index 2013. Paris: France, Reporter Without Border; Reporters Without Borders (2014). World Press Freedom Index 2014. Paris: France, Reporter Without Border; Reporters Without Borders (2015). World Press Freedom Index 2015. Paris: France, Reporter Without Border; Reporters Without Borders (2016). World Press Freedom Index 2016. Paris: France, Reporter Without Border;

Freedom House (2011). Freedom of Press 2010. Washington, DC/New York: Freedom House;

Freedom House (2012). Freedom of Press 2011. Washington, DC/New York: Freedom House;

Freedom House (2013). Freedom of Press 2012. Washington, DC/New York: Freedom House;

Freedom House (2014). Freedom of Press 2013. Washington, DC/New York: Freedom House;

Freedom House (2015). Freedom of Press 2014. Washington, DC/New York: Freedom House;

Freedom House (2016). Freedom of Press 2015. Washington, DC/New York: Freedom House.

CAMINHAR EM CAMPO MINADO

O ambiente vivido pelos jornalistas das rádios comunitárias é deveras preocupante: caracterizado por ameaças, censura e o medo. Estes fatores criaram condições para que algumas rádios comunitárias se abstivessem de passar informação sobre o conflito armado, mesmo havendo, diariamente, nos seus distritos, postos administrativos e localidades, onde eles operam e residem, matéria sobre o conflito.

MANICA: VIVENCIAR E NÃO REPORTAR

Com sete⁸rádios comunitárias, foram escolhidas nesta província para este estudo quatro rádios comunitárias, todas localizadas em zonas com maior e menor intensidade do conflito armado. O cenário descrito em Manica é de medo vivido pelos voluntários das rádios comunitárias. Um dos repórteres da Rádio Comunitária de Catandica descreveu o ambiente nos seguintes termos:

“Foi muito turbulento, o momento de crime, muito agitado sem segurança por parte da população e de nós próprios profissionais da rádio local. Porque vivíamos na incerteza se poderíamos conseguir amanhecer para o novo dia ou se poderíamos chegar à noite. Já não sabíamos o que seria de nós durante este percurso”.

O repórter refere que eles foram, por diversas vezes, ameaçados pelo “governo do dia através das forças governamentais. Os políticos do partido no poder não queriam ouvir a verdade ou as notícias sobre conflitos nem de violação dos direitos humanos pelas forças governamentais. Eles comentavam na rua que a rádio não devia, em nenhum momento, publicar informações sobre a guerra.”

Jornalista “visitado” por oito homens armados e outros ameaçados

O caso mais sonante deste período de conflito registou-se em Dezembro de 2016, quando a casa do jornalista e então coordenador da Rádio Catandica, John Chekwa, foi atacado por oito homens armados que se supõe serem elementos das Forças Armadas de Moçambique. Os homens agrediram e ameaçaram de morte o filho do jornalista e o seu amigo, que se encontravam no interior da residência, exigindo que lhes indicassem o paradeiro do pai. Esta situação assustou os jornalistas da rádio:

“Esta acção ameaçou a nossa liberdade de imprensa, todos os jornalistas ficaram com medo de publicar qualquer notícias sobre guerra. Ameaçavam-nos nas ruas dizendo que se a rádio continua publicar estas notícias de guerra, os jornalistas vão sofrer. Durante este período, cada um já tinha medo de qualquer pessoa. E nós todos tínhamos medo das forças governamentais e dos militantes do partido no poder. Não estávamos livres. As pessoas morriam de qualquer maneira. Havia raptos, destruição dos bens de todos aqueles que eram considerados membros dos partidos da oposição e não havia livre circulação das pessoas nem liberdade da parte dos jornalistas e da população. Passámos a evitar fazer programas de governação e notícias sobre o conflito. Apenas fazíamos programas sobre a malária e musicais. Tínhamos medo de sermos raptados e mortos.”

⁸ Os dados usados são do Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária (CAICC).



O que metia medo nos jornalistas era o facto de, nos seus bairros, receberem frequentemente informações de que os seus vizinhos foram raptados e encontrados mortos, sem que essa informação fosse publicada pelas próprias rádios.

Um outro incidente deu-se em Fevereiro de 2016, quando dois homens desconhecidos chegaram às instalações da rádio e obrigaram os repórteres a fechar as emissões mais cedo. Ou seja, ao invés de trabalharem das 5 às 23 horas, estavam condicionados a iniciarem as emissões às 6 e terminarem às 20 horas.

O cenário de medo era geral em todas as rádios. Em Guro, onde o conflito não foi intenso, os jornalistas também afirmaram que, embora não tenham recebido ameaças, não se sentiam seguros devido ao ambiente de guerra, conforme se pode atestar do depoimento de um dos radialistas daquela rádio:

"...o pessoal trabalhava com medo receando que, se calhar no regresso à casa e/ou em pleno serviço, pudesse sofrer alguma agressão. Este medo que reinou no seio dos fazedores da rádio local obrigou-nos a não cumprir a nossa agenda, que era para realizarmos algumas sessões de rádio ao vivo nos postos Administrativos que compõem este distrito."

Esse medo afectava duplamente os familiares dos jornalistas. Primeiro, o medo de ver o seu familiar correr o risco de morte. Segundo, o risco de ele mesmo, como familiar do jornalista, fazer parte da lista dos que devem ser raptados e mortos. Um dos familiares de um dos jornalistas da Rádio Catandica disse:

"Aqui em casa tínhamos medo de qualquer ataque porque aqui na Vila de Catandica havia raptos e estava a morrer muita gente. De facto, era guerra de ódio, as forças governamentais atacavam qualquer cidadão muito mais membros do partido da oposição e inimigo dos chefes do partido no poder. Também os agentes económicos eram alvos para abater."

ESPUNGABEIRA E SUSSUNDENGA: O SILÊNCIO IMPOSTO

Em Espungabeira, no distrito de Mossurize, ainda em Manica, a coordenação da rádio comunitária referiu que o conflito não se fez sentir e que jornalistas circulavam sem qualquer receio. Esta informação foi desmentida pelos jornalistas da mesma rádio. Além dos jornalistas, representantes das organizações da sociedade civil criticam o silêncio da rádio quando eram raptados e mortos cidadãos supostamente com ligações à Renamo.

"Aqui, durante o conflito armado, a rádio local não fez o seu papel como devia fazer. Não desempenhou o seu papel visto que aqui na Vila de Espungabeira havia raptos dos cidadãos supostos membros da Renamo. Tudo isto em pleno dia. Também foram achados muitos corpos sem vida, vítimas de conflito armado mas ninguém divulgou."

Esta posição também foi defendida pelos partidos da oposição. Por exemplo, o delegado político da Renamo disse:

"A rádio comunitária local serviu apenas como um instrumento de propaganda do governo do dia; não foi por medo mas sim por vontade como sabe que esta rádio é do governo do dia e pertence ao ICS; às vezes, a rádio anunciava apenas os ataques iniciados pela Renamo; aqui houve roubo de mais de 1600 cabeças de gado da população suposta membros da Renamo pelas forças governamentais; mais de 774 casas da população foram destruídas; 17 carros queimados e foram achados cerca de 86 corpos humanos neste distrito vítimas deste conflito armado e a rádio nunca reportou, só tocava música."

Contrariamente, o governo local e o partido Frelimo consideram que a rádio teve um desempenho "positivo porque promoveu a cidadania e estava sempre a apelar as pessoas para não fazerem guerra."

À semelhança da Espungabeira, a Rádio Comunitária de Sussundenga também se absteve de reportar eventos do conflito armado e raptos que ocorriam localmente. Os jornalistas referiram que não o faziam por vontade própria mas por ordens da direcção da rádio, o que configura censura.

Ordem para divulgar realizações do Governo e banir a oposição

Um dos jornalistas da Rádio Comunitária de Sussundenga traçou o seguinte cenário vivido na rádio durante o conflito armado:

"A Rádio Comunitária de Sussundenga estava apenas a reportar as sessões do partido Frelimo e os seus apelos, como 'não queremos divisão de Moçambique. Moçambique é indivisível'. Também a rádio divulgava as realizações do governo do dia. Os da Renamo nos convidavam para os seus comícios e nunca participamos para fazer a cobertura porque tínhamos medo de ser dado nomes pelo partido no poder. Estávamos sempre livres, não tínhamos medo porque não estávamos cobrir eventos de outro lado mas não por desejo."

Curiosamente, quer a rádio comunitária de Espungabeira assim como a de Sussundenga, pertencem ao ICS, um organismo do Estado, controlado pelo Governo, através do GABINFO. Aliás, os delegados provinciais do ICS são simultaneamente representantes do GABINFO nas suas províncias.

O cenário traçado pelo jornalista da Rádio de Sussundenga é corroborado pela sociedade civil e pela oposição. A oposição, representada pela Renamo, descreveu:

"A rádio comunitária negava sempre publicar os nossos trabalhos tais como anúncios, nem queria cobrir os nossos comícios, só queria apenas trabalhos do partido Frelimo. Sussundenga era zona de depósito dos corpos humanos, durante aquele período. Foram achados mais de 60 corpos vítimas de conflito armado e ninguém reportou."

A Frelimo e o governo local traçaram um quadro referencial contrário ao apresentado pelos repórteres, pela sociedade civil e pela oposição. A versão da Frelimo e do Governo local é a seguinte:

"A rádio fez o seu papel como rádio. Estava sempre a publicar as notícias, os programas educativos e a apelar as pessoas para não fazerem guerra. Estávamos a apelar a população através da TVM, RM e Rádio Comunitária Local para não participar na guerra. E sensibilizar a população para continuar a produzir muita comida para o consumo familiar e para exportar e não para importar."

Conforme a descrição acima, as rádios comunitárias em Manica dançaram ao ritmo definido pelas autoridades governamentais.

TETE, RAZÕES PARA A TRANQUILIDADE

A nossa investigação mostra que as rádios comunitárias de Tete foram, de todas as seleccionadas, as que maior tranquilidade tiveram durante o período do conflito. Isto explica-se pelo facto de, em Tete, o conflito não ter afectado grandemente as sedes distritais onde se localizam as rádios, mas os postos administrativos e localidades distantes, inacessíveis para as rádios. Por exemplo, no distrito de Moatize, o conflito afectou as regiões de Zóbue, Nkondezi, Samoa e Chaendame, enquanto em Angónia, a zona afectada foi Dómùe. Changara e Mutarara não foram directamente afectados mas a rádio deste último distrito sentiu na pele o efeito da guerra, dada a proximidade com Caia e Sena. Quer os repórteres das rádios, quer os partidos políticos, assim como a sociedade civil, relataram um

ambiente de tranquilidade para os jornalistas em Tete, com a excepção de Mutarara.

Na Rádio Comunitária de Mutarara, os jornalistas reportaram um ambiente de terror. Alguns jornalistas da rádio comunitária local chegaram a equacionar a possibilidade de abandonar a profissão devido aos sequestros e às ameaças de que eram alvos de membros do partido no poder. Devido a ameaças, a rádio viu-se obrigada a abster-se de veicular informação sobre o conflito armado, conforme podemos atestar nas declarações dos seus jornalistas:

"O ambiente vivido pelas rádios comunitárias durante o período do conflito armado foi de muito terror e de medo, face à onda de sequestros e mortes indiscriminadas de cidadãos que eram perpetradas pelos famosos esquadrões da morte à escala nacional. A rádio não estava a publicar assuntos relacionados com o conflito armado por medo da situação política. Sentíamos-nos inseguros, mesmo nas nossas casas quando dormíamos, o medo estava patente no nosso seio e, às vezes, achávamos melhor abandonar a carreira do jornalismo por vermos a morte mais próxima de nós. Éramos ameaçados pelos membros do partido Frelimo."

Obrigado a revelar as suas fontes no meio de três homens armados

Um dos jornalistas conta o terror que viveu, quando foi solicitado ao comando da Polícia para onde foi colocado no meio de três homens armados e obrigado a revelar as suas fontes.

"Nos finais de 2015, ocorreram algumas mortes selectivas de cidadãos indefesos no posto administrativo de Sena (Sofala). Quando fomos ao encontro da polícia para reagir, esta declinou prestar quaisquer declarações sobre os casos. Publicámos a reportagem. Depois da publicação de algumas entrevistas na comunidade sobre a ocorrência dos casos, eu pessoalmente fui solicitado pela polícia e cercado por três homens armados até aos dentes para prestar declarações sobre a notícia veiculada. Daí em diante, eu e meus colegas passamos a trabalhar com medo, visto que somos indefesos e lutamos pela nossa protecção e das nossas famílias. Depois desse incidente, os repórteres não queriam mais escrever", descreveu o jornalista.

Os jornalistas da rádio comunitária de Mutarara confidenciaram-nos que,



por várias ocasiões, receberam ameaças dos membros da Frelimo, que os obrigavam a parar de publicar assuntos ligados ao conflito porque, segundo eles, as notícias colocavam em pânico a população. Além dos membros da Frelimo, confirmaram terem sido vítimas de ameaças vindas do comandante da Polícia local.

Os sequestros e assassinatos sem rostos aceleraram a decisão dos jornalistas de se afastarem de assuntos ligados ao conflito armado. É que, a 9 de Março de 2016, um comerciante local, bem conhecido, foi sequestrado junto com dois irmãos por indivíduos suspeitos esquadrões da morte. O sequestro ocorreu no distrito de Caia, em Sofala, onde a Rádio é mais ouvida e onde os jornalistas recolhiam parte considerável da informação sobre o conflito.

A Rádio Comunitária de Mutarara, embora pertencente ao ICS, revelou-se equilibrada nas suas abordagens, procurando, sempre que achasse um facto noticiável, trazer todos os actores-chave.

O partido Frelimo e a Renamo têm dificuldades de avaliar o papel desta rádio por razões diferentes. Para a Frelimo, o conflito não afectou o distrito de Mutarara, enquanto a Renamo diz que a rádio não fez cobertura do conflito. De facto, diferentemente de outros distritos de outras províncias abrangidos pelo Estudo, onde o conflito afectou as rádios, em Tete o cenário é outro. As rádios comunitárias não sentiram o efeito da guerra, dado que ocorria distante de onde elas operam, com excepção da Rádio Comunitária de Mutarara, próxima de Caia e Sena (Sofala). Ou seja, em Tete, os incidentes com os jornalistas só foram registados com jornalistas da Rádio Comunitária de Mutarara, quando efectuavam cobertura em Caia e Sena (Sofala).

ZAMBÉZIA: SILENCIAMENTO DA RÁDIO LOCAL EM MORRUMBALA E AS INTIMIDAÇÕES EM QUELIMANE

Na província da Zambézia, o epicentro do conflito foi o distrito de Morrumbala, situado a cerca de 200 quilómetros a sul de capital Quelimane. Com uma base militar da Renamo instalada neste distrito, Morrumbala foi teatro das operações de confrontos entre as forças de Defesa e policiais do Governo e os guerrilheiros da Renamo. O conflito teve um impacto directo no exercício da liberdade de imprensa na província. A rádio comunitária local foi silenciada pelo governo local, impedida de reportar qualquer informação sobre o conflito político que decorria no distrito. O silenciamento manifestou-se em forma de autocensura. Enquanto isso, na

capital provincial, as rádios comunitárias que procuravam dar cobertura aos acontecimentos de Morrumbala recebiam intimidações.

À semelhança de muitos distritos, Morrumbala não tem acesso a meios de comunicação impressos, rádios e televisões privadas. As únicas fontes de informação são a rádio Moçambique e a Televisão de Moçambique e a Rádio Comunitária de Morrumbala, sob tutela do Instituto de Comunicação Social.

A rádio comunitária foi instalada em Outubro de 2003 e tem sido um dos principais meios de informação, com a particularidade de reportar assuntos locais e em línguas locais. Entretanto, durante o conflito militar, a rádio foi capturada. Pelas ordens do Governo, a rádio nada podia reportar que estivesse ligado ao conflito. Dada a dependência da Rádio ao Governo, através do ICS, as ordens foram acatadas e o conflito terminou sem que algo tivesse sido reportado.

“Havia um forte contingente das Forças de Defesa e Segurança estacionado na vila Sede Distrital e outros contingentes ao longo da estrada Morrumbala-Pinda, Morrumbala-Zero, Morrumbala-Sabe e outros troços. Nós não chegámos a reportar isso nem um dia”, contou um jornalista da rádio comunitária de Morrumbala.

Com a ordem dada para nada se reportar sobre o conflito, a rádio comunitária fingiu que não estava a par dos acontecimentos. Continuou a fazer emissões com outros assuntos mas sem nunca mencionar o conflito.

Durante 2016, em Morrumbala houve confrontos militares entre as tropas do Governo e da Renamo, causando milhares de deslocados. Escolas foram encerradas, hospitais atacados e saqueados. A população local nunca acompanhou esta informação via rádio comunitária.

“Quero-lhe ser honesto! Nós nunca íamos atrás da informação nas zonas de conflito armado. Durante o conflito não estávamos livres de publicar a informação sobre este conflito, mesmo havendo vontade de exercer a nossa missão de informar”, disse o mesmo jornalista.

Os fazedores da Rádio Comunitária de Morrumbala não chegaram a receber qualquer tipo de ameaça, pois, *a priori*, optaram pelo silêncio, ignorando que havia guerra no distrito.

O que aconteceu foi a alteração do horário de emissão. Em Morrumbala, foi decretado um recolher obrigatório durante a escalada do conflito. Não se podia sair à rua depois das 22 horas. Nestes termos, a rádio passou a fechar a emissão mais cedo e a iniciar mais tarde, contra o horário normal de abertura que é de 04h05min.

“POSTURA RESPONSÁVEL E CAUTELOSA”

A este comportamento de silenciamento da rádio comunitária face ao conflito armado, a coordenação da Rádio Comunitária de Morrumbala qualificou como “postura responsável e cautelosa”, não vendo, portanto, nenhuma anomalia e a rádio ter-se mantido em silêncio.

A postura da Rádio Comunitária de Morrumbala de se alhear aos acontecimentos relacionados com o conflito agradou o Governo local e o partido Frelimo. O administrador do Distrito de Morrumbala, Pedro Sapange, afirmou que, durante o período em referência, não sentiu uma alteração da programação da Rádio, ou seja, na sua opinião, todos os programas que constam da grelha eram emitidos normalmente.

O problema é que com a alteração da vida social e da política de segurança no distrito, devido ao conflito, a programação da rádio devia, também, ter-se alterado para acompanhar a dinâmica dos acontecimentos. Mas isto não se sucedeu e o Chefe do Governo local congratula-se com a situação.

“[A rádio comunitária] sempre desempenhou o seu papel, até alguns dias promoviam debates radiofónicos envolvendo líderes comunitários, onde a mensagem fundamental era encorajamento para um futuro melhor e para a solução deste conflito, destacavam também as negociações que o presidente da República conduzia com o líder da Renamo”, afirmou o administrador.

O administrador local afirma que o papel do seu executivo foi de “divulgar mensagens de apelo à calma e sossego no seio da população, no sentido de se evitar situações de desespero”.

Igualmente, a Frelimo mostrou-se satisfeita com a postura da rádio comunitária durante o conflito. No seu entender, os repórteres conseguiram desempenhar o seu papel de informar as populações sem medo de ameaças, pelo que atribui “nota positiva” à rádio.

Por seu turno, o delegado político distrital da Renamo em Morrumbala, Carlos Cordeiro Tomo, tem uma apreciação negativa do desem-

penho da rádio comunitária durante o conflito armado. Denunciou que ele e os demais membros do seu partido foram banidos da rádio, não podendo ser entrevistados para emitirem as suas opiniões e até mesmo para fazerem uma publicidade paga não eram admitidos.

QUELIMANE: INTIMIDAR PARA NÃO REPORTAR

Com a Rádio Comunitária sob o controlo do Governo, em Morrumbala, não houve necessidade da exteriorização das ameaças. Diferente foi em Quelimane, onde repórteres de duas rádios comunitárias independentes do Governo receberam ameaças por estarem a reportar sobre o conflito.

Segundo a IREX-Moçambique, uma organização Não Governamental que implementa o Programa de Fortalecimento da Mídia em Moçambique, com uma componente virada para as rádios comunitárias, dois destacados jornalistas da Nova Rádio Paz (pertencente a Igreja Católica), a Irmã Idalina (Coordenadora) e Sulemane Omar (repórter) receberam ameaças telefónicas para abandonarem a cobertura de casos de soldados mortos nas zonas de Morrumbala e Sofala.

Durante uma entrevista com um soldado ferido e transferido para o hospital de Quelimane, “várias pessoas ligadas ao Governo intrometeram-se com conversas intimidatórias” contra os jornalistas.

Situação similar sucedeu com repórteres da Rádio Comunitária Quelimane FM, outra estação sem subordinação ao Governo. Um equipa de reportagem da rádio foi impedida de fazer uma reportagem no Hospital Provincial de Quelimane sobre soldados feridos em confrontos armados com a Renamo.

“Quando tive informação através de uma fonte de que estava a chegar no então Hospital Provincial de Quelimane um número não quantificado de militares feridos e alguns abatidos em confronto em Murrothone, em Mocuba, desloquei-me para lá para reportar o caso. No local, fui barrado e escorraçado com brutalidade por indivíduos à paisana mas que, segundo algumas fontes, eram militares”, contou um repórter da Quelimane FM.

Em Quelimane, houve ainda directivas do Governo local que impediam a imprensa de reportar sobre questões do conflito militar e o crime, a menos que seja informação disponibilizada pelo porta-voz da Polícia a nível local. Foi neste contexto que os repórteres das Rádios Quelimane FM e Nova Paz foram ameaçados por terem feito cobertura de casos de militares feridos e abatidos, transferidos para o Hospital Provincial de Quelimane.



Directiva do governo local impede a imprensa de reportar sobre questões de conflito

Por meio de uma solicitação escrita, enviada aos órgãos de comunicação social que atuam na capital provincial da Zambézia, o Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique agendou um encontro no qual foi dar orientações sobre como fazer a cobertura dos assuntos do conflito armado e o crime. Nesse encontro, foi dito que nenhuma informação que tivesse a ver com a Polícia devia ser divulgada se a fonte não fosse o porta-voz da Polícia, falando no briefing semanal.

Foi neste contexto que os repórteres das Rádios Quelimane FM e Nova Paz foram ameaçados por terem feito cobertura de casos de militares feridos e mortos, transferidos para o Hospital Provincial de Quelimane.

Como se pôde constatar, o exercício da liberdade de imprensa na Zambézia, especialmente nas rádios comunitárias, foi duramente afectado durante o conflito armado. Nas três rádios que fazem parte do estudo, houve uma grave interferência das entidades públicas para impedir a actividade dos jornalistas.

As formas de actuação foram diferentes. Em Morrumbala, onde a rádio local é controlada pelo Governo, através do ICS, o silenciamento da rádio local durante o conflito foi através de ordens internas hierarquicamente dadas, o que fez com que não houvesse manifestação de ameaças.

No caso das duas rádios de Quelimane, que são independentes do Governo, as entidades públicas tiveram que recorrer à força para impedir as rádios de reportar sobre o conflito.

PRECISA-SE DE PROTECÇÃO

Em Moçambique, Organizações da Sociedade Civil nacionais e internacionais actuam na área da defesa dos direitos humanos, em geral, e da liberdade de imprensa, em particular. Durante o período do conflito armado, foi, porém, notável a ausência de uma acção urgente, seja individual ou coordenada, da sociedade civil para proteger o exercício da liberdade de Imprensa.

Os casos de violação da liberdade de imprensa reportados passaram à margem do debate público. Nenhuma organização interveio publicamente para defender o direito dos jornalistas de exercer livremente o seu trabalho.

A Liga dos Direitos Humanos, das mais antigas e interventivas organizações de defesa dos direitos humanos em Moçambique, envolveu-se bastante no trabalho de defesa dos direitos dos deslocados e refugiados de Tete mas este trabalho não teve como foco a liberdade de Imprensa.

O FORCOM, organização que serve de guarda-chuva das rádios comunitárias, durante o período de conflito, não conseguiu dar resposta às violações da liberdade das rádios comunitárias.

A propósito disso, Naldo Chivite, do FORCOM, afirmou que o FORCOM incentiva que os jornalistas e as famílias destes tenham a cultura de denunciar as violações que sofrem para que o FORCOM possa accionar mecanismos legais para apoiar os jornalistas que sofrem ameaças ou intimidações no exercício das suas funções.

Por sua vez, a IREX Moçambique defende que, em situações de conflitos armados, é importante que haja contactos directos com as rádios que estão a efectuar a cobertura e assessorá-las no uso de algumas ferramentas de protecção.

Esta situação demonstra que o conflito armado encontrou uma sociedade civil não preparada para assegurar a protecção do exercício da liberdade imprensa e que, durante o conflito, não conseguiu se organizar para agir em defesa da imprensa.

Esta situação mostra que a sociedade não está preparada para defender quem a informa, pelo que é urgente fortalecer as organizações da sociedade civil existentes para que, em casos de violação dos direitos da Imprensa, consigam actuar prontamente para denunciar e proteger os jornalistas e os órgãos de comunicação alvos de ataques.

Esta actuação deve conseguir chegar àqueles que mais precisam de protecção: as rádios comunitárias, pois, estas actuam fora do raio urbano onde abundam mecanismos de protecção dos direitos humanos e de imprensa em particular. Grande parte das organizações actuam nas principais cidades, não estando representadas nas regiões afectadas pelo conflito.

QUADRO INSTITUCIONAL: RÁDIOS EXPOSTAS AO CONTROLO

Embora bastante influentes, liderando as audiências em relação às televisões e à rádio Moçambique, e importantes instrumentos de monitoria da governação, as rádios comunitárias continuam sem produzir receitas suficientes para cobrir as suas próprias despesas, nem garantir um subsídio para os seus voluntários, com a excepção das rádios pertencentes ao

ICS, que beneficiam do orçamento do Estado, tornandoos seus jornalistas remuneráveis. As restantes rádios apresentam enormes dificuldades para se manterem em funcionamento. Grande parte dessas rádios apresentam problemas como avarias constantes dos emissores, o que se reflecte na redução dos raios de cobertura, conforme a tabela a seguir:

Tabela nº1

Nome da Rádio Comunitária	Início de Actividades	No de Colaboradores	Raio da cobertura anterior	Raio da cobertura actual	Dificuldades	Necessidades adicionais
CATANDICA	2006	15	50 km	Mais de 50 km ¹⁰	<ul style="list-style-type: none"> Falta de gravadores Consolete funciona de forma deficiente Avaria de ar condicionado no estúdio do emissor 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de um mecanismo de protecção dos jornalistas Troca de experiências Capacitação sobre cobertura de eleições Capacitação sobre instrumentos legais importantes para a actividade jornalística (Lei de Imprensa, Código Civil...)
GURO	2013	28	100 km	5 km	<ul style="list-style-type: none"> Falta de transporte Falta de gravadores Emissor avariado, o que não permite a cobertura de todo o distrito 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação em jornalismo básico Troca de experiências entre as rádios
ESPUNGABEIRA	2009	22	? ¹¹	?	<ul style="list-style-type: none"> Falta de gravadores Inexistência de gerador eléctrico Falta de equipamentos para o estúdio móvel 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação e troca de experiências
SUSSUNDENGA	2000	30	45 km	Mantém-se	<ul style="list-style-type: none"> Falta de gravadores Falta de equipamentos para o estúdio móvel 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitações e troca de experiências com outras rádios

9 Contrariamente às outras rádios comunitárias, a Rádio Catandica, graças ao apoio que recebe da Fundação MASC, aumentou o seu raio de abrangência para mais de 50 kms.

10 Não dispõe de raio de cobertura, mas os jornalistas garantiram que esta rádio não tem problemas de raio.



Nome da Rádio Comunitária	Início de Actividades	No de Colaboradores	Raio da cobertura anterior	Rio da cobertura actual	Dificuldades	Necessidades adicionais
MUTARARA	1998	?	?	?	<ul style="list-style-type: none"> Falta de meios de transporte e de fundo de maneo para a deslocação dos repórteres a zonas distantes Insuficiência de gravadores digitais 	<ul style="list-style-type: none"> Instituição de mecanismos de protecção Reposição do emissor de 250 Watts que avariou. Neste momento, usar-se um emissor de 100 Watts, o que reduz o raio de cobertura
ANGÓNIA	1997	15	200 km ¹²	Mantém-se	<ul style="list-style-type: none"> Televisão Comunitária fora do ar por falta de equipamentos Falta de gravadores e computadores Cortes frequentes de energia eléctrica que podem levar 1 a 2 dias 	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de um gerador eléctrico Capacitação e troca de experiências
DOM BOSCO	1994	5	170 km	Mantém-se		<ul style="list-style-type: none"> Troca de experiências e capacitação dos repórteres em jornalismo básico Atribuição de bolsas de estudos para formação em jornalismo
CHANGARA	2016	10	70 km	Mantém-se	<ul style="list-style-type: none"> Poucos gravadores 	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de um consotele Capacitação dos voluntários e troca de experiência com outras rádios
MORRUMBALA	2003	-	60-70 km	Mantém-se	<ul style="list-style-type: none"> Falta de recursos financeiros para cobrir as despesas 	<ul style="list-style-type: none"> Eliminar barreiras que impedem o acesso às fontes oficiais de informação
QUELIMANE FM			100 km	Mantém-se	<ul style="list-style-type: none"> Exiguidade do equipamento informático Falta de auscultadores Falta de misturador 	<ul style="list-style-type: none"> Eliminar barreiras que impedem o acesso às fontes oficiais de informação

11 Tal como outras rádios do ICS, com a excepção da Mutarara, esta também não apresenta problemas de redução do raio de cobertura, daí cobrir os distritos de Tsangano e Macanga e algumas zonas do Malawi.

Para além das avarias dos emissores, as rádios comunitárias, incluindo as do ICS, apresentam dificuldades de exiguidade do equipamento, tais como gravadores, geradores, computadores, entre outras.

Quase todas as rádios comunitárias têm um défice de formação dos seus recursos humanos (jornalistas). Este défice foi manifestado mais sobretudo nas rádios comunitárias não filiadas ao ICS. As rádios sugeriram, como forma de limar o défice, a capacitação em jornalismo básico, intercâmbios com outras rádios, capacitação em questões de legislação fundamental para a actividade do jornalista, nomeadamente a Lei de Imprensa, o Código Penal, entre outros instrumentos legais.

O défice nas rádios comunitárias não filiadas ao ICS é mais acentuado dada a mobilidade de voluntários para as rádios que remuneram, como a rádio Moçambique e para a Televisão de Moçambique. Aliás, as rádios comunitárias são o maior viveiro dos principais órgãos de informação públicos acima mencionadas. Outros voluntários acabam conseguindo emprego noutras instituições não jornalísticas, públicas e privadas. É este quadro situacional que faz com que estas rádios necessitem sempre de recrutar novos voluntários que, por sua vez, precisam de ser capacitados para o seu melhor desempenho.

As dificuldades do funcionamento das rádios comunitárias constituem uma fraqueza que é aproveitada pelo poder político para lançar os seus tentáculos com vista ao controlo e controlar as estações das rádios comunitárias. Em todo o país, há um sinal de tentativa de controlo das rádios comunitárias que se desalinham ao poder político. O caso mais recente é a Rádio Comunitária Macequece, localizada na cidade de Manica. Trata-se de uma rádio que, nas vésperas do ciclo eleitoral de 2013 – 2014, teve apoio da União Europeia, através do FORCOM, para a implementação do Projecto “Aumentando a Consciência Política e Ampliando as Vozes dos Cidadãos nos Processos Eleitorais e Democráticos”.

Esta rádio teve um papel relevante na mobilização de eleitores, além de ter feito uma cobertura equilibrada e inclusiva. Após as eleições, o Governo Provincial investiu, através de um fundo do ICS, numa antena de 50 metros de altura e uma emissora de 250 watts, alargando o raio de cobertura de 30 para 75 kms. Trata-se de um projecto em que a rádio conta com a assistência técnica do ICS.

No início de 2016, a Direcção Provincial da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional de Manica, através do seu respectivo director, ameaçou enviar uma brigada para a Rádio Comunitária de Catandica para perceber porquê esta rádio dava um espaço de antena aos

partidos da oposição. A Rádio Comunitária de Catandica foi acusada de ter sido responsável pela derrota da Frelimo naquela região, dado que tinha denunciado o administrador local de ter desviado fundos para apoiar a campanha eleitoral da Frelimo, além de ter promovido debates onde a oposição era também convidada. Após as eleições, o director provincial efectuou uma comunicação ao coordenador da rádio na qual queria perceber o posicionamento político da rádio. Eis o extracto da sua preocupação:

“Eu não sei se a rádio passa conteúdos políticos ou não, favorecendo um ou outro partido político. Era disso que queria ter o esclarecimento. Acho que oportunamente estaremos juntos. Estamos a marcar uma visita para Bárue (...). Era oportuno que a gente se encontrasse para podermos alinhar algumas coisas. Para nós se existem esses problemas fica parecer que nós (direcção provincial ou ministério) somos coniventes ou não temos controlo sobre o que está a acontecer com os nossos Centros Multi-média Comunitários (CMC). Um caso de um CMC em Bárue pode ser interpretado, a nível nacional, como CMCs inimigos da governação. Nós vamos mandar uma brigada para aí, imediatamente, para vir sentar consigo para poder perceber algumas coisas antes de podermos tomar outro tipo de decisões. E havia de pedir a sua colaboração nesse sentido, que pudesse apoiar a nossa equipa a fazer esse trabalho”.

No mesmo ano, a brigada viria a visitar a Rádio e, durante a visita, solicitou uma série de documentos da rádio dos quais os estatutos, o que foi prontamente rejeitado pela coordenação da mesma rádio.

Um outro caso registou-se em Homóine, em Inhambane, em que a Rádio Comunitária Arco foi aliciada a aderir ao ICS e, em contra partida, seriam garantidos salários fixos mensais para até seis colaboradores.

A cobertura eleitoral equilibrada e a monitoria da governação, em muitas rádios, despertou os predadores¹² da liberdade de imprensa para a necessidade de recapturar as rádios comunitárias. As dificuldades pelas quais as rádios passam poderão servir de oportunidade para o efeito.

Estes e outros são sinais de que as fragilidades das rádios constituem oportunidades para os actores políticos condicionarem a liberdade de imprensa nos distritos.

Por outro lado, há suspeitas de que o Governo estaria a preparar instrumentos que obrigarão as rádios comunitárias a passarem para a uma gestão única e centralizada. No entanto, esta informação ainda não foi oficialmente confirmada.

12 Termo usado pela Repórteres Sem Fronteiras para designar os que limitam a liberdade de imprensa.



CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O conflito armado que assolou o país nos últimos anos reduziu e, em alguns casos, eliminou o espaço de actuação das rádios comunitárias, através de acções de silenciamento, ameaças, intimidação, censura contra os fazedores das rádios comunitárias. Tais acções foram directamente encaixadas pelos dirigentes públicos e, em alguns casos, por agentes do estado disfarçados de desconhecidos mas que agem em defesa dos interesses do poder político governante.

A situação veio deteriorar a já parcial liberdade de imprensa em Moçambique, e que tende a piorar, ano a ano, nos últimos 10 anos.

As formas de silenciamento tomaram várias formas. Nas rádios comunitárias sob tutela do ICS, recorreu-se ao *soft power*, silenciando as rádios comunitárias por ordens dadas hierarquicamente. Isto resultou em que as RC eliminassem da sua programação toda a informação que não fosse do agrado do Governo e do partido no poder.

Nas rádios comunitárias independentes do Governo, filiadas ao FORCOM, recorreu-se a ameaças e, em acasos extremos, à violência contra as rádios, os seus coordenadores e repórteres, para silenciá-los. Houve registo de casos graves de jornalistas ou seus familiares directos que foram agredidos por desconhecidos mas que defendiam os interesses do Governo.

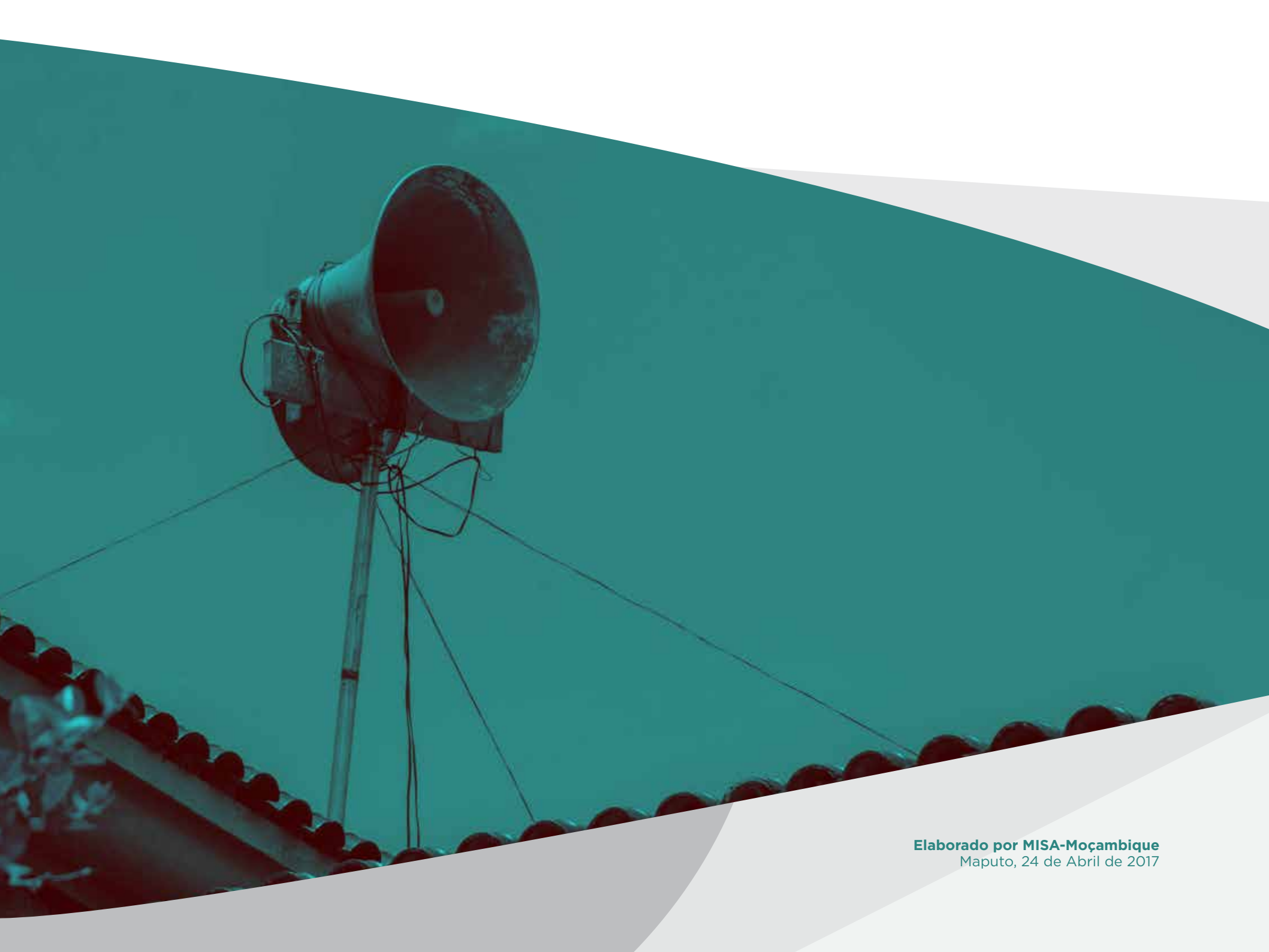
O Estado e a sociedade civil, que defendem os direitos humanos e a liberdade de imprensa, não foram capazes de intervir atempadamente e de forma eficaz para proteger os jornalistas e as rádios.

A capacidade institucional das rádios é de grande vulnerabilidade, caracterizada por falta de recursos humanos e materiais para o trabalho. Os jornalistas trabalham sob regime de voluntariado, o que não oferece estabilidade às rádios, devido às mudanças constantes dos jornalistas para um emprego remunerado noutros meios de comunicação social ou para outras áreas de actividade.

A vulnerabilidade torna as lideranças e os jornalistas das rádios expostos ao aliciamento pelo poder político, que está empenhado em capturar e controlar a actividade jornalística das rádios.

Face às constatações do estudo, recomenda-se:

- Que haja um reforço no trabalho das organizações de defesa dos direitos humanos e da liberdade de imprensa para assegurar a defesa do exercício da liberdade de imprensa, particularmente em situações de conflito ou similares, com particular atenção para as rádios comunitárias;
 - Que haja formação dos fazedores das rádios comunitárias em matéria de cobertura de situações de conflitos militares e de questões políticas sensíveis que possam colocar em perigo aqueles profissionais e os seus familiares;
 - Que seja criado um mecanismo de protecção dos repórteres das rádios comunitárias em situação de risco e de perigo;
 - Que seja criada uma rede activa e permanente que permita a denúncia e exposição de situações de violação do exercício da liberdade de imprensa e de expressão, com alcance para organizações e personalidades de defesa e protecção dos direitos humanos nacionais e internacionais;
 - Que os casos de violação da liberdade imprensa mereçam um tratamento legal recomendado para que não reine a impunidade dos seus praticantes;
 - Que se estude e se criem formas que assegurem rendimentos das rádios comunitárias para a sua própria sustentabilidade.
- 9 Contrariamente às outras rádios comunitárias, a Rádio Catandica, graças ao apoio que recebe da Fundação MASC, aumentou o seu raio de abrangência para mais de 50 kms.
 - 10 Não dispõe de raio de cobertura, mas os jornalistas garantiram que esta rádio não tem problemas de raio.
 - 11 Tal como outras rádios do ICS, com a excepção da Mutarara, esta também não apresenta problemas de redução do raio de cobertura, daí cobrir os distritos de Tsangano e Macanga e algumas zonas do Malawi.



Elaborado por MISA-Moçambique
Maputo, 24 de Abril de 2017